Nas empresas, a avaliação de riscos climáticos começa com a investigação dos eventos que são relevantes para os locais de sua operação, aponta estudo da EY

Secas, ondas de calor e inundações têm sido cada vez mais frequentes em todo o mundo. Esses eventos climáticos prejudicam as empresas, trazendo graves consequências como a interrupção do negócio. Diante dessas crescentes ameaças relacionadas ao clima, a resiliência organizacional é cada vez mais vista como uma necessidade estratégica. Uma estrutura sólida de análise de risco permite que as organizações antecipem interrupções e respondam de forma proativa.

As organizações estão avançando nesse processo de avaliação de riscos climáticos, que, de acordo com o estudo “Do risco à resiliência: gerindo riscos climáticos”, produzido pela EY, precisa começar com a definição dos locais da operação mais suscetíveis a esses eventos e com a investigação dos eventos que provavelmente são relevantes nessas regiões.

“Esse olhar não é apenas da área de sustentabilidade, já que precisa ser exercido pela organização como um todo. Os eventos climáticos estão entre os maiores riscos para as empresas, independentemente do seu setor de atuação, embora atividades que dependam do clima como a agropecuária sejam mais impactadas”, Ricardo Assumpção, líder de sustentabilidade e CSO (Chief Sustainability Officer) da EY para a América Latina. “É por isso que dizemos já há muito tempo que o CSO precisa estar plenamente integrado nas decisões de negócio, trabalhando ao lado do CEO para compartilhar suas impressões sobre o impacto do clima”, completa.

Para compreender o nível de perigo em um local específico, o estudo da EY sugere o uso de modelos computacionais voltados para essa finalidade. Essa etapa depende da qualidade dos dados coletados e mantidos pela organização. Há necessidade também de saber operar esses modelos, já que existe o risco, especialmente dos simplificados, de distorção significativa dos níveis reais de risco. “Também aqui, o CSO tem muita importância por saber, ao lado dos profissionais de sustentabilidade, avaliar os resultados oferecidos pelos modelos”, diz Assumpção.

Uma vez realmente conhecido o nível de perigo do evento climático, a exposição dos elementos no local em questão (como ativos e pessoas) pode ser determinada. Uma vez compreendida a exposição, a vulnerabilidade ao perigo pode ser definida pelas empresas. Ao fazer isso, a organização passa – ao menos em tese – a ter conhecimento dos riscos climáticos daquele local. Os modelos climáticos baseiam-se em cenários futuros. No entanto, esses modelos geralmente não fornecem a frequência anual provável desses eventos. “Conforme destaca o estudo da EY, converter os resultados dos modelos em estimativa de frequência para eventos do clima não é algo trivial”, finaliza Assumpção.

Resolução CVM 193

As organizações estão sob pressão crescente não apenas para divulgar riscos relacionados ao clima como também para demonstrar sua capacidade de resistir e se adaptar a eles. No Brasil, entrou em vigor neste ano a Resolução CVM 193, que recepcionou as normas IFRS S1 e S2, definindo inicialmente a obrigatoriedade por parte das companhias de capital aberto de divulgar o relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade. No entanto, em maio deste ano, essa obrigatoriedade foi revogada por meio da Resolução CVM 244, deixando em aberto a escolha de divulgar. Para as empresas que optarem pela divulgação, o primeiro reporte será no próximo ano com as informações referentes ao exercício de 2026.

A abordagem sugerida pelo estudo da EY concentra o foco nos riscos que exigem ação imediata por parte da empresa, garantindo, ao mesmo tempo, que os riscos menos urgentes permaneçam sob observação. Essa abordagem, que apoia uma avaliação de risco holística e equilibrada em toda a organização, permite a tomada de decisão informada e a resiliência de longo prazo. Ela é semelhante à priorização de riscos corporativos, mas, diferentemente dessas avaliações que estão focadas em probabilidade e impacto, a de risco climático enfatiza vulnerabilidade e exposição.

Fonte: Agência EY, em 26.06.2026.